

## **Introdução**

São muitos os logradouros e a história de cada um deles é uma pequena parte da história da cidade.

Aqui, pretendemos resgatar um pouco dessa história, reproduzindo estes “pedaços” que formam o todo de NOSSAS RUAS E NOSSA GENTE.

Inicialmente vale registrar que é curioso não serem encontradas referências a logradouros públicos nos primeiros livros da Câmara Municipal de Leopoldina.

A mais antiga evidência da existência de um povoado no Feijão Cru, já em 1831, é de Sinval Santiago, em “Município de Rio Pomba”, página 480, e diz que a Câmara Municipal do Pomba criou o distrito do Feijão Cru com base no Decreto Imperial de 11 de setembro de 1830.

Sobre este fato é bom lembrar que tal decreto foi revogado pela Lei Provincial Mineira de 12.08.1834 e que, a partir dessa época, a criação de distritos passou a ser da alçada do Presidente da Província. Há que se considerar, ainda, que o município do Pomba foi instalado a 25.08.1832, o que nos leva a crer que provavelmente o distrito do Feijão Cru tenha sido criado entre agosto de 1832 e agosto de 1834.

Ressalte-se que segundo legislação da época, para ser criado o distrito era necessário já existir um arraial e uma igreja funcionando em patrimônio próprio. Portanto, a doação realizada por Joaquim Ferreira Brito e sua mulher Joana Maria de Macedo, no dia 01.06.1831, parece ter sido feita para atender às normas para se requerer a criação do distrito. A segunda doação do mesmo casal, datada de 20.11.1831, indica que se tratava de terreno para a construção da Casa do Cura, o que vem corroborar a existência de um arraial.

Lembremo-nos que Bernardo José da Fonseca pode, também, ter contribuído com doação para o patrimônio de São Sebastião do Feijão Cru. Formador da fazenda da Grama, Bernardo faleceu entre janeiro de 1851 e março de 1856. A doação por ele efetuada pode ter sido aquela efetuada em 1854 por Francisco Pereira Pontes Júnior e sua esposa Verônica Esméria de São Bento. Bernardo e Francisco eram eleitores, em 1851, de quarteirões que se avizinhavam justamente pela Grama e Verônica tem idade compatível com filhas de Bernardo, podendo ter sido uma das filhas dele ainda não totalmente identificadas.

Infelizmente não possuímos dados seguros para informar a localização exata das 63 famílias que estavam no Feijão Cru em outubro de 1831, conforme atesta o Mapa de Habitantes encaminhado ao Serviço Público Provincial. Sabemos apenas que estavam distribuídas em 36 propriedades que abrangiam territórios hoje pertencentes a Abaíba, Além Paraíba, Angaturama, Angustura, Argirita, Aventureiro, Cataguarino, Itamarati, Itapiruçu, Laranjal, Leopoldina, Mirai, Palma, Piacatuba, Pirapetinga, Providência, Recreio, Ribeiro Junqueira, Tebas e a margem direita do rio Pomba, hoje território de Cataguases.

Sabemos que em 1838 residiam no Feijão Cru 135 famílias, em 82 propriedades.

E é bom lembrar que parte deste crescimento pode ser explicado pelo fato de terem sido reunidos no Mapa do Feijão Cru, alguns moradores do atual distrito de Angustura e também de Santo Antônio do Aventureiro. É certo que o primeiro quarteirão, com 27 famílias, representava um território centralizado no atual bairro da Grama; o segundo, com 39 famílias, estendia-se pelo território ao sul do atual distrito-sede e parte dos distritos de Tebas e Piacatuba; no terceiro quarteirão foram contabilizadas 34 famílias residentes na margem direita do rio Pomba, aí incluído o atual distrito de Vista Alegre e estendendo-se até, aproximadamente, a atual parte baixa da rua Tiradentes; e as demais 35 famílias, estavam dentro dos limites do 4º quarteirão, que abrangia o atual distrito de Ribeiro Junqueira, parte de Laranjal, Recreio e Palma, Abaíba, Providência e divisava com o 1º e 3º quarteirões.

Em 1843 já eram 213 as famílias do distrito de São Sebastião do Feijão Cru. Muitas delas, constituídas por filhos dos primeiros moradores que então já se encontravam casados.

É a partir deste momento que começamos a observar a provável existência de moradias dentro do território que foi doado para constituir o patrimônio de São Sebastião, embora ainda sem a denominação dos logradouros existentes.

Em 1851 a população do Feijão Cru atingia um número significativamente maior. Os 2.171 moradores de 1843, haviam se transformado em quase 4.000 habitantes, de um arraial agora elevado à condição de Freguesia.

Chegamos finalmente a 1854 com a realização do sonho de alguns antigos povoadores de não mais ficarmos na dependência de Barbacena, Rio Pomba, São João Nepomuceno ou Mar de Espanha, as anteriores sedes administrativas a que se subordinou o arraial e distrito. Em abril de 1854 foi promulgada a Lei e, em janeiro de 1855, era instalada a câmara municipal da cidade e vila Leopoldina.

Aqui vale o registro de que, analisando-se o panorama da região na época, Leopoldina foi instalada em tempo muito curto. O que, aliás, justifica a ausência de prédios em condições de abrigar os serviços que passaram a existir. Cidades vizinhas levaram muito mais do que os nove meses que os moradores de Leopoldina gastaram para adequar-se à recepção dos órgãos municipais.

Tudo nos leva a crer, por outro lado, que este foi o momento da abertura dos primeiros logradouros públicos da cidade.

Referências esparsas, ainda sem o cuidado de identificar adequadamente cada rua, dão conta de que a rua Direita havia sido alargada para os 30 palmos de largura, conforme determinação das Posturas Municipais implantadas logo após a instalação da Câmara Municipal.

Uma curiosidade. Historicamente sabe-se que quase todas as povoações portuguesas começavam com uma rua a que denominavam Direita e que servia de acesso aos arraiais recém-formados. Como exemplos, no Brasil, temos em São Paulo a rua Direita, que dava

acesso à igreja de Santo Antônio e, no Rio de Janeiro, a que ligava o morro do Castelo ao morro de São Bento. Por similitude com os hábitos coloniais, podemos considerar que a rua Direita, em Leopoldina, foi a primeira a ser aberta para trânsito público e ligava a Casa do Cura à igreja de São Sebastião.

É certo que até 1879 ela ainda se chamava rua Direita e, em 1880, já havia recebido a denominação de rua Primeiro de Março, conforme documentos da Câmara Municipal de Leopoldina repetindo, portanto, a mesma mudança ocorrida no Rio de Janeiro, em 1875, onde a rua Direita recebeu a nova denominação homegeando a batalha de Aquidabã que pôs fim à Guerra do Paraguai.

Acreditamos, também, que é dessa mesma época a abertura da rua Municipal, hoje rua Cotegipe. Isto porque, segundo se depreende de uma ata de julho de 1879, a ligação entre a rua Direita e a Municipal, tinha sido aberta recentemente. Ou seja, seguindo pela atual rua Gabriel de Almeida Magalhães em direção à Cotegipe, existia apenas um caminho que demandava o morro da Matriz. Também não existe dúvida quanto ao fato de que a atual rua Lucas Augusto foi aberta entre as décadas de 50 e 60 dos oitocentos e só no final da década de 70 do mesmo século fez-se a ligação dela com a então rua Municipal.

Ainda sobre estes primeiros logradouros, registre-se que o livro de atas da Câmara, de nº 7, às fls. 22-verso, com a data de 10.02.1880, aponta a *“conveniencia de serem numeradas as casas d’esta Cidade, bem como os lampiões; e dar novas denominações as ruas, e para esse fim que seja nomeada hua commissão do seio d’esta Camara que se incumba d’esse trabalho, pedindo-se aos proprietarios para cada um faser a numeração que lhe pertencer.* Foi aprovada e nomeados para membros da Comissão os Vereadores Major Botelho Falcão e Theodoro Carneiro.”

Como se depreende desse registro, foi a partir de 1880, meio século depois do início do povoado, que ocorreu, de fato, a denominação oficial dos primeiros logradouros da cidade.

E é dentro deste século que separa os trabalhos da comissão formada pelo Major Botelho Falcão e Theodoro Carneiro das leis votadas por nossos atuais vereadores, que pretendemos desvendar e contar um pouco da história de Nossas Ruas e Nossa Gente.

## SUMÁRIO